

## Ponto de partida: a realidade como desafio

Para longe parecem ir se deslocando a segurança e as certezas. Ter a realidade como um campo de intervenção e um roteiro de planos a executar significou outrora um equipamento eficaz para o controle social e o sucesso individual. Leis e regularidades no encaminhamento da História eram pesquisados para apoiar planejamentos centralizados, onde os investimentos deveriam ser compensados pela eficácia dos resultados.

Neste final de século, quando os vendavais estremecem as instituições que aparentavam ser as mais firmes, um deslocamento de circuitos de esperanças nos faz encontrar, na polifonia atualmente instalada, uma instigação para o aprofundamento de concepções e práticas de política e educação que sem minimizar o poder central, perceba e reforce a rede potente de decisões com que o cotidiano dá cara e corpo, suporte ou resistência aos rumos que a história vai tomando.

A razão onipotente que garantia — segundo o aval de Descartes — nossa própria existência (*penso, logo existo*), enfrenta-se com limites outros de sua própria volatilização que nos fazem perceber que *existimos onde não pensamos e pensamos onde nem de longe existimos*, como tão bem expressou Lacan.

As expectativas com que acompanhamos os avanços da civilização, os altos investimentos no progresso, vêm sendo confrontados com o que, por negado e marginalizado, reflui em revanche no seu interior: a barbárie. É aí que a riqueza em concentração mostra sua própria pobreza que se faz com a multiplicação da miséria; a razão, em orgia tecnológica, penetra nas subjetividades, produz realidades virtuais, amplia os espectros da loucura; a propalada defesa da vida, via coligação entre saberes e poderes, exibe suas ameaças de morte que atingem todo o planeta.

Não há mais como escamotear os riscos vertiginosos da direção histórica assumida até aqui. Não há mais remendos a serem feitos. O amesquinamento da história só pode ser ultrapassado pela invenção de novos rumos, de uma nova concepção de vida — de política, de razão e de educação, como um novo tipo de investimento na humanidade.

Ninguém contesta que o fermento para qualquer processo de invenção parte de um vazio que exige ser preenchido. A vacância se mostra pela impossibilidade de seguir um caminho, sem negar o que constitui esse caminho e o próprio caminhante. Nestas condições, estamos confrontados com uma ausência de um sentido claro, com um tipo de obsolescência de perspectivas e planos, enfim com uma incapacidade de restaurar velhos sonhos, se não nos dispusermos a reescrevê-los com um novo discurso, cunhado por práticas sociais instituintes que nos ajudem a vislumbrar com altivez o futuro.

Esta é uma travessia necessária em que o vazio poderá reverter-se, ganhando sentido com um deslocamento de um registro de perda e de fim de caminho, para um outro em que se dá a inscrição de um novo projeto. Um encontro radical com o outro, com o desconhecido, com o novo. Uma hora do parto.

É por isso que evocamos a poesia de Adélia Prado: "Não quero a face nem o queijo/quero a fome",

entendendo-a como um acolhimento da realidade como um desafio. Um desafio de beirmos um abismo — que nos reserva o risco e o prazer, possibilidades de criação e ameaças de perda, traduzindo esperanças de nossa geração no esforço de romper com o medo — e suas farsas — que induz aos continuismos e a um tipo de comodidade com que a vida vai sendo aviltada.

Essa evocação à poesia, longe de ser um ornamento da linguagem, significa um tipo de investimento no que há de mais fugaz e mais verdadeiramente humano: a liberdade.

Nesta aposta em que, ao invés de um tipo fácil de saciedade, priorizamos a própria fome, não estamos sozinhas. Entre tantos que apostam no futuro — como o *Movimento dos Sem-Terra*, absolutamente emblemático entre nós — lembramo-nos de trazer aqui a esperança e a análise de estudiosos como Milton de Almeida Santos, quando afirma que os nossos problemas exigem uma outra concepção social. A existência da pobreza e o crescimento da miséria mostram que não adiantam remendos na superfície da sociedade e da política; temos de revirá-las pelo avesso, na busca da invenção de novas formas de convivência, de novos modos e de relações de produção e de partilha em que a desigualdade, a hierarquia e o consenso passivo sejam substituídos pela ênfase na responsabilidade, na diferença, na solidariedade, na afirmação da vida.

Afinal, o sentido hegemônico com que a história vem sendo marcada parece apontar contra a humanidade, conspirando para alimentar a apatia, o ensonamento, a opressão, a morte.

O imaginário social que nos últimos séculos construiu seus sonhos mais solidários se agarra às batalhas da competição, de onde emergem homens e mulheres pragmáticos, que se confinam nas lutas da sobrevivência e da manipulação política.

As escolhas existenciais tendem a ser reduzidas às compulsões das vantagens consumistas, capazes de

nortear o aprofundamento da competição que vai sendo reconhecida como norma incontestável para a economia e a política, na cultura dominante. Se uma reversão de sentido não acontecer, a própria sobrevivência, erigida como valor supremo, tornar-se-á um privilégio para apenas alguns grupos. Os excluídos e os avizinados a estes se vêem cotidianamente arrastados pelas catástrofes, contra as quais supostamente nada ou muito pouco poderia ser feito, considerando a pseudo irreversibilidade e autonomia tecnológica por um lado, e a pretensa necessidade de não repetir assistencialismos sociais. Desta maneira, aos pobres nenhuma rede de proteção é fornecida, enquanto ao capital, sólidos e seguros circuitos são garantidos e ampliados. Um e outro confluem para um exercício trágico de banalizar a vida.

Não podemos perder de vista que ao longo deste século XX, vimos expandirem-se instituições sociais, as mais acreditadas, como *a democracia e a escola*. Quase que a totalidade das nações se declara atualmente sob regime democrático e as taxas de escolarização não páram de crescer. Mas o que conquistamos com essa ampliação?

A Democracia conquistada como um deslocamento de poder foi como que arrancada do corpo do rei sob a proposta de ser partilhada num espaço aberto de conflito e parece encolher-se numa gramática de regras processuais que asseguram a mesmice, a ampliação dos privilégios das elites e a exclusão crescente da maioria da população. Portanto, agora a democracia se equilibra entre negociações de gabinetes fechados — com a troca de favores e terrores — e processos de persuasão — atravessados por empulhações, seduções e coerções. Neste equilíbrio perverso, feito de farsas e artifícios, há poucos espaços para projetos políticos e sociais capazes de contemplar a dignidade pública e particular. A supremacia é dada à remoção de obstáculos para garantir ao máximo a sobrevivência, sem maiores preocupações com os valores, o sentido da vida, a

perspectiva de grandeza humana e de responsabilidade com o legado deixado pelo passado e com a construção do futuro. Os prazeres da recriação da vida são trocados por gozos rápidos, fugazes, de qualquer procedência.

A escola pública, como instituição social que, tanto em sua tradição capitalista liberal como em suas versões socialistas, mergulhou suas raízes e trajetórias em promessas de cidadania e valorização do patrimônio racional, com vistas a uma equidade ou igualdade social — ainda que com diferentes acepções para uma e outra — vem sendo mais do que negada em palavras, negligenciada e empurrada na direção do aprofundamento do *apartheid* social.

Assim, a escola pública vai sendo incorporada ao mundo das excludências. A própria explicação de instituição disciplinadora talvez não encontre uma fácil correspondência. A escola parece tragicamente vazia. Só é possível conviver com o vazio quando o enchemos de projetos, de significações, de desejos. Com esta ausência de perspectiva futura, seu exercício efetivo consiste em reforçar imagens recorrentes de desprezo e de negação àqueles que representariam uma *sobra da produção*. Uma subescola para uma subclasse? Uma subescola pública para um futuro de subalternidade e selvageria para o Brasil?

O outro lado da moeda não nos parece menos dramático: as escolas de elite conjugam um ensino científico-tecnológico com condições estimulantes de aprendizagens — que vão desde um cotidiano permeado por computadores e redes de informação sofisticadas até viagens sistemáticas e intercâmbios culturais que desprendem crianças e jovens de seu ambiente social, afastando-os das brincadeiras de vizinhos e tornando as lutas e demandas populares algo extremamente difícil de ser apreendido e compartilhado. Meninas e meninos ricos passam uma infância vigiada e assustados pelos perigos que a rua possa lhes oferecer. Em condomínios de luxo e em escolas fechadas são criados

*in vitro*. Como participam da cultura nacional? Qual o seu projeto de Brasil?

Qual o futuro dos nossos jovens? O que esperar do Brasil no futuro?

Afinal “o cortejo fúnebre”, em que são levados *nossos despojos culturais*, para lembrar uma das expressões trágicas, com que Benjamin se referiu ao nosso tempo, são realizações sofisticadas produzidas pelos intelectuais, com alto grau de escolarização.

Já não nos basta repetir que a educação escolar é um direito de todos. É urgente inventar uma outra escola; é urgentíssimo recusarmos um arremedo de vida engessada em corrida de obstáculos, cada vez mais penosos pela garantia de uma sobrevivência indigna de nossa estatura humana; é tempo de enfrentarmos os desafios, de recusarmos a amnésia que as formas bastardas de política insistem em nos oferecer, pois se impõe como intransferível a construção de um projeto potente do qual possamos nos ocupar séria, mas também prazerosamente, nessa virada de século em que nos é dado viver.

As dificuldades dessa comunicação com nossa própria memória, como um legado polifônico, onde estão inscritos sonhos, desejos, projetos que precisam ser ressignificados com novas formas de narração e práticas sociais, se tornam mais intensas pelo embaralhamento dos marcos éticos, até pouco tempo ancorados numa centralidade política e moral que constituía um andaime para uma organização hierárquica da convivência — filha diletta dos maniqueísmos. Verticalmente, definíamos o mundo entre melhores e piores, diluindo a possibilidade das diferenças, uma vez que esta se estabelece e se distribui numa direção horizontal — marcada por uma possibilidade de paridade que se conjugava com singularidades.

As demarcações hegemônicas de bipolaridade, que sustentaram concepções e comportamentos de guerra fria, estão sendo reconectadas numa ordem transna-

cional que reinstala uma interdependência global nas esferas da política, da economia e da cultura, cada uma atravessada por contingências tecnológicas em ruptura com os controles com que o poder vinha sendo exercido.

Instituições sociais que fizeram um percurso ascensional no século que findamos — como a escola, o sindicato e o partido político — enfrentam desafios para definir o seu lugar num tempo-espaço que se desloca sem parar e com intensidade crescente, algumas vezes parecendo exigir que a ação anteceda à conceitualização.

A política, por exemplo, vem sendo exercida em redes tão dispersas em toda a sociedade que parecem desafiar tanto as formas políticas quanto os conteúdos vigentes até então, fazendo com que a organização de sujeitos históricos se confronte com associações corporativistas e fundamentalistas. Na organização de sujeitos históricos, as relações entre a construção social e individual se faz no patamar da afirmação da vida e, portanto, numa direção emancipatória da sociedade. Por isso mesmo é permanentemente aberto à invenção de novas relações com seus movimentos instituintes e surpreendentes. Nos particularismos, os benefícios e privilégios são conquistados e defendidos contra os movimentos de ampliação de justiça e liberdade mais gerais.

As bravuras e heroísmos que modelaram a ação política vêm sendo postos em questão pelos novos sujeitos da *pólis* que reclamam para os espaços tidos como privados e íntimos um tratamento mais político. Partindo daí, assumem suas reivindicações e esforços sistemáticos contra a opressão. As mulheres podem se constituir em exemplo dessa ordem em suas demandas que vão muito além da incorporação de direitos civis, adentrando-se no reconhecimento social de diferenças, cobrando nova organização do trabalho e da convivência social. Os *gays* e as *lésbicas* ainda se afastam mais

do modelo político tradicionalmente hegemônico. Não desejam tomar o poder estatal. Procuram legitimação social para formas de relação amorosa que respondam às suas necessidades e desejos.

Uma erotização da política em novas chaves vem exigindo um custo psicológico mais atenuado, ou seja que o esforço de construção da sociedade seja compatibilizado com o prazer. Mas se todas essas tendências em marcha nos parecem tornar mais plural e leve a política, nutrindo-a ao mesmo tempo do que as mulheres e os homens construíram de mais potente, que são sonhos e projetos que habitam e dão vida às memórias — coletivas e individuais — os acontecimentos parecem fortificar uma rota em colisão com perspectivas libertadoras.

A apatia e o silêncio parecem paralisar as classes populares que assistem pela televisão a resultados de decisões políticas ocorridas e negociadas em gabinetes fechados, que abruptamente vão ceifando as conquistas obtidas com um alto preço das gerações anteriores. Dito em outras palavras, a política como espetáculo vai se conjugando no atendimento de individualidades destroçadas e fracas e se entrelaça com o controle dominante dos avanços tecnológicos, do consumismo e da mídia. Fabricam-se, assim, indivíduos e grupos que precisam de um tipo de exposição narcísea que encontra na processualística da política moderna uma espécie de reforço e confirmação.

Não podemos esquecer que dadas as condições históricas de vida na Grécia antiga, o exercício da cidadania era reservado àqueles que estavam liberados dos trabalhos, provedores de bens para a sobrevivência. Cuidavam os cidadãos dos assuntos da *pólis* com os seus envoltimentos guerreiros. A utilização de sorteio para a ocupação de responsabilidades políticas decorria da paridade entre os cidadãos e visava evitar a concentração de poderes que poderia advir caso a escolha recaísse naqueles que dispunham de maior capacidade

verbal e persuasiva. Tudo isto condicionava o envolvimento dos cidadãos que, além de proximidade física, se fazia com intensidade política.

As democracias modernas com distinções entre representantes e representados, destina diferentes posições para uns e outros. O protagonismo dos representantes — agravado pelo individualismo e pelas condições econômico-culturais em que definimos nossas existências e já mencionadas anteriormente — cobra dos representados uma passividade que, com frequência oscila entre registros que vão do *ciente* ao *silente* que se conjuga com o papel de multidões que se levantam para aplaudir ou vaiar sem maiores conseqüências sistemáticas e duradouras.

De tudo isso, resulta uma problemática da juventude que, além da tragédia do desemprego, das drogas e da Aids — que lhe tingem o horizonte com ameaças que vão desde a própria sobrevivência até à capacidade de projetar-se para além do presente — vem sendo vista pela geração de adultos como sedenta de gozo e traidora dos ideais políticos sustentados por outras gerações.

Em relação à crise do trabalho, as tensões apontam para o desemprego e a violência crescentes, relacionados à vertigem de tempo que culturalmente nos metamorfoseia, enlaçada por uma demanda voraz de capital, por uma ampliação sem medida de espaços de investimento, por um processo de superação e avanço das tecnologias, marcado por uma direção concentracionista.

Contraditoriamente, o trabalhador excluído vem sendo empurrado para se identificar com as empresas, quer como indivíduo, quer como sociedade e a delas esperar sua própria salvação e a custódia da cultura e do público. Assim, contra os processos de fragmentação, isolamento e desproteção, a empresa ofereceria o seu guarda-chuva; contra a dissolução das formas mais elaboradas de cultura seria ainda a empresa a oferecer o seu espelho como protetora e guardiã das artes, das praças, das pontes...

Se a paz, mas também a guerra, se fazem necessárias, instalam-se as duas como numa alternância de gangorra: paz sob artilharia e guerra sem quartel, dia e noite, no campo aberto das cidades.

Nesta mesma direção, a “paz intervencionista” vem constituindo um tipo de poder militar internacionalizado — sob imagens machistas e prepotentes — que se permite invadir países, em guerra civil, para à força reinstalar a paz. Aliás, o ensaio foi a Guerra do Golfo, que inaugurou um novo tipo de guerra — a tecnológica — sob o patrocínio das nações ricas, deixando clara a nova correlação de forças que se instalava no mundo.

Foram essas preocupações que levamos para discutir com os nossos entrevistados e que agora, tecidas neste texto, neste livro, desejamos compartilhar com nossos leitores.